

# DA CRISE DOS *MEDIA* AO DESEMPREGO NO JORNALISMO EM PORTUGAL

Helder Bastos<sup>1</sup>

## RESUMO:

O contexto dos meios de comunicação em Portugal tem sido marcado por uma crise profunda, agravada pela depressão econômica que o país tem atravessado nos últimos anos. Num mercado jornalístico de pequenas dimensões, a quebra acentuada de receitas publicitárias e a perda de audiências, sobretudo na imprensa, levou a vagas de despedimentos sem precedentes, que afetaram, sobretudo jornalistas dos maiores grupos de comunicação. O mercado de emprego no jornalismo contraiu-se de forma exponencial. Os poucos novos empregos são, em geral, precários e mal pagos. Apesar deste cenário de crise no setor, a procura pelos cursos de ciências da comunicação e jornalismo não tem parado de aumentar. Todos os anos, são lançados para o mercado largas centenas de licenciados em jornalismo, que enfrentam condições cada vez mais adversas para ingressar na profissão.

**Palavras-Chave:** *media; jornalismo; desemprego; crise; formação.*

---

<sup>1</sup> Helder Bastos, doutorado em Ciências da Comunicação pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, é Professor Auxiliar na Universidade do Porto, onde lecciona no curso de Ciências da Comunicação desde a sua fundação, em 2000. Entre 1995 e 2002, foi docente na Escola Superior de Jornalismo. No jornalismo, profissão que exerceu entre 1988 e 2003, trabalhou na imprensa e na rádio. Pioneiro do ciberjornalismo em Portugal e investigador, tem publicado os livros *Jornalismo Electrónico: Internet e Reconfiguração de Práticas nas Redacções*, *Ciberjornalistas em Portugal* e *Origens e Evolução do Ciberjornalismo em Portugal*. É membro fundador do Centro de Investigação Média e Jornalismo (CIMJ) e co-fundador e coordenador do Observatório do Ciberjornalismo (ObCiber).

## ***Media em crise***

A indústria dos *media* noticiosos em Portugal tem sido afetada, de modo sobremaneira negativo, devido a várias mudanças conjunturais. Entre as mais relevantes e recentes estão a forte crise econômica do país, a deterioração do mercado publicitário e, sobretudo no caso da imprensa, a quebra acentuada de audiências.

Nos últimos três anos, o país esteve sob assistência financeira da chamada *troika*, constituída pelo Banco Central Europeu, pelo Fundo Monetário Internacional e pela Comissão Europeia. A iminência de falência financeira do Estado levou, em 2011, o governo de então a pedir um resgate. Em contrapartida, a *troika* exigiu ao governo um conjunto vasto de mudanças no funcionamento do Estado, que implicaram cortes profundos na despesa pública. Milhares de funcionários públicos foram dispensados. Quando a *troika* chegou a Portugal, em maio daquele ano, o mercado de trabalho já apresentava sinais de fragilidades. Em finais de 2007, antes do deflagrar da crise econômica e financeira mundial, Portugal tinha uma taxa de emprego próxima dos 58%. No segundo trimestre de 2011, por altura do início do programa de ajustamento, tinha caído para 54,2%. Passados três anos, apenas 51,1% dos ativos têm emprego, uma taxa muito próxima das registadas em meados dos anos 1980 (Martins, 2014).

Esse panorama geral depressivo acabou por afetar também as empresas jornalísticas. A situação financeira de muitas delas deteriorou-se rapidamente, em parte devido aos receios sobre a evolução da economia, que restringiram ainda mais os investimentos em publicidade nos *media*. No espaço de quase uma década (2004-2013), as receitas publicitárias de três dos principais grupos de *media* portugueses cotados em bolsa (Impresa, Media Capital e Cofina) caíram um terço. Em 2014, a publicidade representava já menos de metade do total das receitas geradas pelos três grupos, que entretanto procuram diversificar as suas fontes de receitas (Nobre, 2014). Note-se que esses grupos, de propriedade privada, juntamente com o grupo Controlinveste, concentram a maior parte dos principais *media* noticiosos do país. No entanto, praticamente todos os meios de comunicação, quer públicos, quer privados, dos jornais à televisão, passando pela imprensa regional, têm sido afetados pela quebra de receitas publicitárias.

A crise no setor tem também levado ao encerramento de vários projetos editoriais. Em 2011, mais de 350 publicações ordenaram o cancelamento do seu registo na Entidade Reguladora para a Comunicação Social. Nos maiores grupos de comunicação, foram mais de

vinte os jornais e revistas encerrados. Além dos títulos que deixaram de existir devido a deterioração do mercado, outros terão optado por cancelar a licença junto do regulador para assim não pagarem a taxa de regulação (Venâncio, 2012).

No início de 2013, confirmava-se o agravamento da situação da imprensa. Segundo dados da Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação (APCT), a circulação total dos diários generalistas de âmbito nacional – *Correio da Manhã*, *Jornal de Notícias*, *Público*, *Diário de Notícias* e jornal *i* – caiu 10% nos dois primeiros meses daquele ano (Pereira, 2013).

## Desemprego galopante

A consequência mais visível da crise nas empresas jornalísticas tem sido os despedimentos. No jargão do setor, trata-se de proceder ao “emagrecimento de quadros” e da “estrutura de custos”.

Apesar de a situação se ter agravado nos últimos anos, o problema dos despedimentos no jornalismo já se arrasta, por razões diversas, pelo menos desde o início da década passada. Entre 2000 e 2005, cerca de 350 jornalistas portugueses foram levados a rescindir os contratos de trabalho durante processos de reestruturação. As redações mais atingidas por despedimentos foram aquelas em que as alterações tecnológicas foram mais profundas. Os jornalistas atingidos pelas reestruturações tinham mais de 50 anos de idade e mais de 20 de profissão, enquanto os menos afetados tinham idades abaixo dos 30 anos e menos de seis de atividade. Inversamente, os jornalistas menos afetados tinham idades abaixo dos 30 anos e menos de 6 anos de permanência na profissão (Fernandes; Cascais, 2006).

A partir de 2006, a situação começou a piorar, agravando-se a partir de 2009. Um estudo do Fórum de Jornalistas, divulgado em abril de 2012, revelou que o sector dos *media* dispensou, entre 2006 e 2010, cerca de 500 trabalhadores. A maior parte dos postos de trabalho foi eliminada na imprensa escrita, onde foram reduzidos 452 colaboradores. Os restantes distribuem-se entre as rádios e as televisões (Baptista, 2012).

Entre 2007 e 2011, deram entrada na Caixa de Previdência e Abono de Família dos Jornalistas (CPAFJ) 566 novos pedidos de subsídio de desemprego, num total de 694 processos. Os números constam de um estudo do Sindicato dos Jornalistas sobre o desemprego

na classe. Só em 2011, entraram na CPAFJ 168 novos processos, dos quais 134 diziam respeito a subsídio de desemprego, o que representou um aumento de 16,5% em relação a 2010, e 25 pedidos de subsídio social de desemprego. No primeiro trimestre de 2012, o número de processos atingiu quase quatro dezenas. Em média, no decênio 2002-2011, a Caixa pagou mais de 2,7 milhões de euros por ano em subsídios (Sindicato dos Jornalistas, 2012).

Face a essa realidade, o Sindicato dos Jornalistas, a principal estrutura representativa dos jornalistas em Portugal, tem alertado para os efeitos negativos na capacidade das próprias empresas jornalísticas, com a “erosão do capital de memória e de experiência” a que conduzem sucessivos despedimentos de jornalistas, com reflexos na qualidade da informação e com perda para a própria democracia. Tem igualmente chamado a atenção para o peso das grandes empresas e grupos no volume de desemprego de jornalistas, destacando dez empresas ou grupos que, no último triênio, geraram cinco ou mais processos num ou mais anos.

Também os académicos, bem como os próprios jornalistas, têm manifestado a sua preocupação com os efeitos da crise nos *media*. Em outubro de 2012, um grupo de dezenas de jornalistas e alguns professores publicou uma carta aberta, intitulada “Pelo jornalismo, pela democracia”, na qual alertava para problemas mais profundos, como o impacto na qualidade da democracia:

A crise que abala a maioria dos órgãos de informação em Portugal pode parecer aos mais desprevenidos uma mera questão laboral ou mesmo empresarial. Trata-se, contudo, de um problema mais largo e mais profundo, e que, ao afectar um sector estratégico, se reflecte de forma negativa e preocupante na organização da sociedade democrática. [...] A redução de efectivos, a precariedade profissional e o desinvestimento nas redacções podem parecer uma solução no curto prazo, mas não vão garantir a sobrevivência das empresas jornalísticas. Conduzem, pelo contrário, a uma perda de rigor, de qualidade e de fiabilidade, que terá como consequência, numa espiral recessiva de cidadania, a desinformação da sociedade, a falta de exigência cívica e um enfraquecimento da democracia. (TSF, 2012).

Ainda em 2012, o Ministério da Educação divulgou os resultados de um estudo sobre a empregabilidade dos cursos. O estudo indicava que 10,5% das pessoas com formação superior em Portugal estavam desempregadas. A área com maior saída era medicina. Entre os cursos com empregabilidade muito baixa estavam o ensino básico ou o jornalismo. Ainda segundo o Ministério, a área com maior percentagem de desempregados era a de Serviços Sociais, com 10,3% num total de 23.787 diplomados. Seguiu-se a Informação e Jornalismo, com 9,1% de desempregados, para 20.337 diplomados (Rodrigues, 2012).

Em junho de 2014, o grupo Controlinveste, que meses antes havia mudado de proprietários, dava mais um contributo para o agravamento dos números do desemprego. O grupo anunciou então o despedimento coletivo de 140 trabalhadores e rescisões amigáveis com mais uma vintena. Dos 160 trabalhadores dispensados, 64 eram jornalistas. A Controlinveste Conteúdos justificou o despedimento coletivo e as rescisões amigáveis com os maus resultados financeiros do setor em Portugal e na Europa e, mais especificamente, do grupo. A crise no sector dos *media*, argumentava a administração, havia levado a uma redução constante do faturamento na publicidade e nas vendas dos títulos (Lopes, 2014).

## A “proletarização” do jornalismo

Vários especialistas e acadêmicos têm falado num fenómeno a que chamam “proletarização” do jornalismo, que poderá ser entendida como um processo em que os mais velhos são substituídos por profissionais mais novos, com menos experiência, vínculos laborais precários, carga laboral pesada e salários baixos.

Já em 2010, o então presidente da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) manifestava-se preocupado com a “proletarização e nalguns casos subproletarização” do sector que, no seu entender, diminuía a liberdade de imprensa em Portugal. A “relativa concentração de meios” em Portugal, sustentava Azeredo Lopes, acaba por se reduzir numa “redução de efectivos” em prol da mobilidade jornalística que “pode ser condicionadora” da prática da profissão. “As condições em que um jornalista acede à profissão são hoje muito mais difíceis do que eram há uns anos atrás”, advertia o presidente da ERC (*Público*, 2010).

Também Correia (2012) reconhece que os jornalistas estão sob pressão, “mergulhados numa profunda crise de identidade e, tal como outras profissões intelectuais, num claro processo de proletarização”. A pressão, sublinha, é ao mesmo tempo laboral (despedimentos, instabilidade de emprego, precariedade, diminuição dos salários reais, desrespeito pela contratação coletiva, emagrecimento das redações, imposição da polivalência funcional), profissional, ética, empresarial, político-ideológica e de autonomia. Acrescenta que nunca a situação que afeta o jornalismo e as suas funções na sociedade atingiu a gravidade atual, devido à convergência de diversos fatores, entre os quais o primado do fator económico, “hoje no topo da hierarquia dos poderes”, as dificuldades económicas de grande parte das empresas de comunicação social, a queda da publicidade e a crise da imprensa escrita, ameaçada pelo

jornalismo digital. Essa fragilização dos jornalistas, conclui o acadêmico, não os afeta apenas a eles e ao jornalismo: são os direitos dos portugueses a uma informação livre, rigorosa e pluralista e a própria democracia que estão em causa.

Por essas e outras razões, o jornalismo parece ter se tornado uma profissão menos atrativa. Dados da Comissão da Carteira Profissional dos Jornalistas (CCPJ) mostram que, no biénio 2006-2007, existiam em Portugal 8948 jornalistas profissionais. No biénio seguinte, o número baixou para 6950. Subiu para 7795 em 2010-2011, mas desceu de novo no período compreendido entre 2012-2013. Em síntese, o número de profissionais é hoje menor do que os existentes no início da década, e houve ainda um decréscimo significativo de jornalistas estagiários a requerer o respectivo título (Baptista, 2012).

Apesar desse cenário de depressão no setor, a procura pelos cursos de ciências da comunicação e jornalismo, cujo número ultrapassa a trintena, não para de aumentar. As médias de entrada nos cursos também permanecem altas e o número de candidatos chega a superar em dez vezes as vagas existentes. Diretores desses cursos, em universidades e outras instituições de ensino superior, explicam que tem havido uma fuga de estudantes de outras áreas, como psicologia e sociologia, para publicidade, relações públicas e multimídia, onde acaba por haver trabalho (SOL, 2012). Muitos estudantes de jornalismo argumentam que, uma vez que a situação está difícil em quase todos os sectores de atividade, preferem ingressar nos cursos de que gostam mais em vez de pensar na empregabilidade dos mesmos.

## Emprego no ciberjornalismo

Não se poderá dizer que o desemprego no jornalismo tenha afetado de forma significativa o ciberjornalismo e os ciberjornalistas em Portugal. Por um lado, porque aqueles profissionais são comparativamente poucos em relação ao número total de jornalistas com carteira profissional no país. Segundo Bastos (2011), em 2008, os ciberjornalistas a trabalhar em exclusivo em publicações ou edições *online* dos principais *media* seriam pouco mais de uma centena. Não há notícias de que esse número possa ter crescido muito desde então. No entanto, não há estudos que tenham sido feitos com o objetivo de fazer um levantamento rigoroso desses números. Por outro lado, porque as empresas começaram a incorporar, quer no seu discurso, quer nas suas estratégias, a prioridade ao *online*, pois pressentem que o futuro do

negócio passa pelo investimento no digital. Apesar disso, na prática, não têm sido dados passos significativos nesse sentido. Como reconhecem vários acadêmicos e especialistas no setor, o investimento no ciberjornalismo, e sobretudo em jornalistas, é insuficiente, e a qualidade geral dos *media online* e a respectiva produção jornalística são baixas. Acresce o fato de não serem rentáveis, pois ainda não foi encontrado um modelo de negócio sustentável.

É também sabido que, por vezes, o ciberjornalismo é a porta de entrada de jovens licenciados, com preparação multimídia, na profissão. Mas também não será ainda muito significativo o número de jovens que acede ao ofício por essa via. Num inquérito feito a ciberjornalistas portugueses, em 2008, 73,8% responderam que o atual emprego não havia sido o primeiro, mas a porcentagem daqueles para quem o ciberjornalismo foi o primeiro emprego era significativa (26,2%) e reveladora de alguma capacidade de absorção de recém-licenciados. A esmagadora maioria dos inquiridos (92,5%) tinha um vínculo estável com as respectivas empresas, sendo pouco significativa a percentagem dos contratados a prazo e a dos colaboradores pagos através de uma avença ou de recibos verdes. Precariedade no emprego não parecia ser, de todo, um atributo do ciberjornalismo *mainstream* em Portugal, algo que poderá servir de contributo para a compreensão do fato de 60% afirmar então não ser sindicalizada (Bastos, 2011).

## Conclusão

É evidente que a indústria dos *media* e o jornalismo estão a atravessar, por diversos motivos, uma crise profunda em Portugal. As consequências para a profissão têm sido desastrosas: aumento exponencial do desemprego na classe, acesso cada vez mais difícil dos candidatos às redações, degradação da qualidade do trabalho e das condições laborais dos profissionais, desequilíbrio acentuado entre procura e oferta, com um notório excesso de licenciados em comunicação e jornalismo para um mercado de trabalho exíguo. Acresce que, em alturas de crise e contração do mercado de emprego, parece haver uma diminuição da mobilidade laboral, isto é, os jornalistas tendem a não mudar tanto de emprego e de redações, o que, por sua vez, dificulta o acesso de candidatos à profissão.

A par dessas consequências mais visíveis e quantificáveis, haverá outras que, não sendo tão óbvias, acabam por provocar um efeito corrosivo sobre as condições do exercício da

profissão. Por exemplo, o receio, crescente, de perder o emprego, que contamina o ambiente nas redações e acaba, em certas situações, por provocar uma espécie de autocensura e de aversão ao risco entre os jornalistas. A esse clima não serão alheios os erros de gestão, quer das administrações das empresas jornalísticas, que parecem não conseguir perceber e dominar o alcance das mudanças em curso no panorama mediático, quer das próprias direções editoriais, cujas redações são muitas vezes transformadas em máquinas de débito de caudais ininterruptos de notícias de reduzido valor acrescentado, produzidas ao mais baixo custo possível. Em certos casos, em particular nos jornais e na televisão, a busca desenfreada de audiências, alimentada pelo pânico das curvas descendentes das vendas e das receitas da publicidade, acabou também por provocar uma degradação vertiginosa dos critérios de noticiabilidade. Este terá sido um dos efeitos colaterais da crise e do afundamento financeiro de certas empresas jornalísticas: a *tabloidização* das linhas editoriais.

As perspectivas de futuro, a curto e médio prazo, não são, pois, as melhores, quer para o setor da comunicação social em geral, quer para o jornalismo e os jornalistas em particular. Nessa fase de transição de paradigmas, em que o modelo de negócio tradicional dos *media* está em declínio acelerado e os novos modelos de negócio estão ainda longe de se consolidar, as empresas jornalísticas parecem não conseguir travar a espiral suicida dos cortes e despedimentos sucessivos como resposta sistemática à quebra de receitas publicitárias e de audiências. E assim o jornalismo vai ficando cada vez mais pobre. Tal como o país e a democracia.

## Referências

BAPTISTA, C. “Uma profissão em risco iminente de ser “descontinuada”, **Jornalismo & Jornalistas**, nº 52, Outubro/Dezembro, pp. 15-17, 2012

BASTOS, H. **Ciberjornalistas em Portugal: Práticas, Papéis e Ética**. Lisboa: Livros Horizonte, 2011

CORREIA, F. “Jornalistas sob pressão”, **Jornalismo & Jornalistas**, nº 52, Outubro/Dezembro, 2012, pp. 6-8.

FERNANDES, J.L.; CASCAIS, F. “A Digitalização no Sector da Comunicação: Um desafio europeu”, 2006. Disponível em <http://www.cenjor.pt/relatorio.pdf>.

LOPES, M. “Dona do *DN*, *JN*, *O Jogo* e TSF vai despedir 160 trabalhadores”, **Público**, 12 de Junho, 2014, p. 21.

NOBRE, A. “*Media* perdem um terço da publicidade em dez anos”, **Expresso**, caderno de Economia, 22 de Março, 2014, p. 23.

PEREIRA, J. P. “Circulação dos diários generalistas caiu 10% até Fevereiro”, **Público**, 1 de Maio, 2013. Disponível em <http://www.publico.pt/sociedade/noticia/circulacao-dos-diarios-generalistas-caiu-10-em-2013-1593009>.

“LIBERDADE de imprensa diminui com “proletarização e subproletarização” do sector”, **Público**, 16 de Dezembro, 2010. Disponível em <http://www.publico.pt/media/noticia/liberdade-de-imprensa-diminui-com-proletarizacao-e-subproletarizacao-do-sector-1471239>.

MARTINS, R. “Troika deixa Portugal com uma taxa de emprego ao nível dos anos 80”. **Público**, 3 de Maio, 2014. Disponível em <http://www.publico.pt/economia/noticia/troika-deixa-portugal-uma-taxa-de-emprego-ao-nivel-dos-anos-80-1634447#/2>

RODRIGUES, B. . “Ensino Superior: quais as áreas com melhor saída para emprego?” **IOL**, 13 de Junho, 2012. Disponível em <http://www.iol.pt/push/iol-push---sociedade/ensino-superior-empregabilidade-universidades-desemprego-cursos/1354964-6182.html>.

Sindicato dos Jornalistas. “Desemprego de jornalistas agrava-se”. **Sindicato dos Jornalistas**, 18 de Abril, 2012. Disponível em <http://www.jornalistas.eu/?n=8905>.

SOL. “Procura por cursos de jornalismo supera 10 vezes as vagas”, 27 de Outubro, 2012. Disponível em <http://www.sol.pt/noticia/61819>.

TSF. “Jornalistas alertam: crise na comunicação social pode refletir-se na democracia”, 18 de Outubro, 2012. Disponível em: [http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Portugal/Interior.aspx?content\\_id=2836421](http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Portugal/Interior.aspx?content_id=2836421)

VENÂNCIO, R. “Mais de 350 títulos cancelaram licenças em 2011”, **Diário Económico**, 19 de Janeiro, 2012, p. 46.

Artigo recebido dia 20 de julho de 2014 e aprovado dia 15 de agosto de 2014.